

GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA EM MATO GROSSO: ANÁLISE A PARTIR DE ALGUNS INDICADORES DE DESEMPENHO

*Antonio Ricardo de Souza**

*Janice Janissek de Souza***

RESUMO

O presente artigo sobre a gestão da educação e os indicadores de desempenho no Estado de Mato Grosso, foi apresentado originalmente como um documento de trabalho para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEM, implementado em todo o país. O referido documento é parte integrante da estratégia do UNICEF, juntamente com o MEC/Fundescola, Banco Mundial e UNDIME, com o objetivo de subsidiar e/ou apoiar os secretários municipais de Educação e os membros da sociedade civil, no que tange ao acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério Público – FUNDEF. Assim, este trabalho fornece subsídios relacionados à gestão educacional no que se refere ao processo de formulação e implementação das políticas públicas em educação, voltadas para a melhoria da qualidade da educação pública em Mato Grosso.

ABSTRACT

The present article about the management of education and the indicators of the performance in Mato Grosso sta-

* Doutorando em Administração do Núcleo em Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia; professor assistente I do Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

** Doutoranda em Administração do Núcleo em Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia; professora assistente I do Departamento de Administração da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

te, was originally presented as a document for the Program of Support to the Municipal Secretaries of Education – PRASEM, implemented all over the country. This document is an integrating part of the strategy of UNICEF, with MEC/Fundescola, Banco Mundial and UNDIME, to subsidize and/or support the Municipal Secretaries of Educations, the members of the civil society, in relation to the attendance and social control of the Fund of Maintenance (support) and Development of the Fundamental Teaching and Valorization of the Public Mastership – Fundef. Thus, this paper provides subsidies related to the educational management referring to the process of formulation and implementation of the public politics in education, directed to the improvement of the quality to the public education in Mato Grosso.

Introdução

No presente artigo apresentam-se dados, informações e análises que caracterizam o contexto educacional no Estado de Mato Grosso. Tais informações visam a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas na área da educação, principalmente por parte das prefeituras municipais do Estado. Nesse sentido, este trabalho explora as questões relacionadas com a Gestão Educacional e Pedagógica, o Financiamento da Educação e a Valorização do Magistério.

A fim de que a coleta e as análises das informações pudessem ser elaboradas, utilizou-se uma metodologia que combinou consulta a documentos, manuais e relatórios da SEDUC/MT, IBGE, MEC, INEP, UNDIME, durante o ano de 2000, dentre outros; entrevistas com dirigentes do sistema educacional do Estado, além da utilização de bibliografia especializada sobre o tema.

Contextualização socioeconômica e educacional do Estado

A área territorial ocupada atualmente pelo Estado de Mato Grosso é de 901.420,7 Km². No entanto, sua área já foi

bem maior. No início, abrangia o que hoje são os territórios dos Estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul, medindo aproximadamente 1.477.041 Km².

As origens históricas do povoamento de Mato Grosso estão estreitamente ligadas às descobertas de ricos veios auríferos, no início do século XVIII. Por volta de 1947, inicia-se uma política, que passa de governo a governo, no sentido de colonizar o Estado de Mato Grosso. Normas governamentais rígidas regulavam os projetos colonizadores que eram executados por particulares, sendo que elas deveriam se responsabilizar por oferecer toda a infra-estrutura básica de escolas, postos de saúde, campo de pouso, estradas e demais benfeitorias. Tratava-se, pois, de uma forma pioneira de colonização e misto de público-privado (FERREIRA, 1997).

Em Mato Grosso nasceram municípios essencialmente agropecuários. O modelo era o da monocultura no domínio de latifúndios. Vieram, para o Estado, colonos das mais diversas regiões do Brasil e até mesmo “brasiguaios”. Como consequência da migração maciça, o Estado passou a contar, por um determinado tempo, com mais habitantes migrados do que nascidos no próprio Estado (FERREIRA, 1997).

Na década de 70 e princípio dos anos 80, Mato Grosso teve um desenvolvimento jamais visto: a ampliação e a melhoria da malha rodoviária pelo governo federal, a expansão das telecomunicações, a abertura de novas fronteiras agrícolas em imensas glebas de colonização estatal e particular e, em especial, a ocorrência de um grande fluxo migratório principalmente originário do sul do país (SILVA apud FERREIRA, 1997).

Aspectos econômicos

Mato Grosso é considerado a maior fronteira agrícola em expansão no Brasil, tendo definido nos últimos anos o processo de interiorização do desenvolvimento nacional. O incremento da ocupação e a caracterização de ser um Estado eminentemente agrícola consolidaram-se na década de 70. A colonização, que

atraiu primeiramente colonos com larga experiência agrícola, mas também arredios às técnicas mais modernas, a partir da intervenção governamental passou a atrair também pequenos e médios proprietários rurais, relativamente capitalizados e com domínio de técnicas agrícolas.

Uma análise da economia de Mato Grosso revela uma forte concentração ainda no setor primário. Do início da década de 80 até o atual período houve crescimento acentuado da área plantada dedicada ao cultivo de soja, milho, algodão, passando de 1.241.390 em 1981, para aproximadamente 4.000.000 hectares em 1999.

Outra fonte de economia do Estado é o extrativismo vegetal, incluindo a madeira e o látex. A extração da madeira é responsável pela geração de muitos empregos, especialmente na região da floresta equatorial. Classificam-se como madeira de lei a cerejeira, a peroba e o mogno, que são extraídos principalmente nos municípios de Alta Floresta, Aripuanã, Colíder, Juína, Juara, Vera, Porto dos Gaúchos e municípios próximos.

Já o látex tem história antiga em Mato Grosso, sendo um dos ciclos que mais gerou divisas aos cofres públicos do governo. Mais recentemente, desenvolveu-se no Estado o ciclo da borracha cultivada graças ao apoio de projetos como o PROBOR (Programa de Incentivo à Produção da Borracha Natural). Destacam-se também as culturas de arroz, café, amendoim, feijão, mandioca, banana, guaraná, cacau e, numa escala menor, laranja e abacaxi.

Outro alicerce da economia de Mato Grosso é a pecuária, que possui um dos maiores rebanhos bovinos do país. A implantação de indústrias frigoríficas no Estado aumentou a capacidade de abate, permitindo inclusive a exportação de determinados produtos.

Quanto ao setor industrial, Mato Grosso apresenta um desenvolvimento bastante modesto em relação aos grandes centros do país. Somente nos últimos anos é que começa a existir uma preocupação dos governos em estabelecer incentivos e definir políticas de industrialização para o Estado. Um dos principais entraves para a instalação de um parque industrial no Estado é a questão da energia elétrica, precária em toda a região.

As reservas minerais existentes no Estado tiveram papel importante na ocupação e formação do Estado de Mato Grosso. Embora já bem mais escassa, a mineração foi responsável, mais recentemente, pelo povoamento de regiões como Barra do Garças, Poxoréo, Guiratinga, Alto Araguaia e Tesouro. Hoje, o Estado conta com reservas de água mineral, apatita, argila, água termal, ametista, calcário, chumbo, cristal, cobre, diamante, ferro, manganês, ouro, sal, titânio, topázio, zinco, entre outros.

O turismo é outra atividade econômica a ser explorada pelo Estado, pois tem um roteiro turístico de grande potencial de belezas naturais, muitas das quais conhecidas e com grande parte ainda em seu mais puro estado natural. Nesse sentido, destacam-se o Pantanal, com sua flora e fauna exuberantes; as florestas e a Chapada dos Guimarães, com suas quedas d'água, formações rochosas e *canyons*. E, ao leste do Estado, encontram-se a Serra do Roncador e o Rio Araguaia, além da capital do Estado, Cuiabá.

Aspectos demográficos

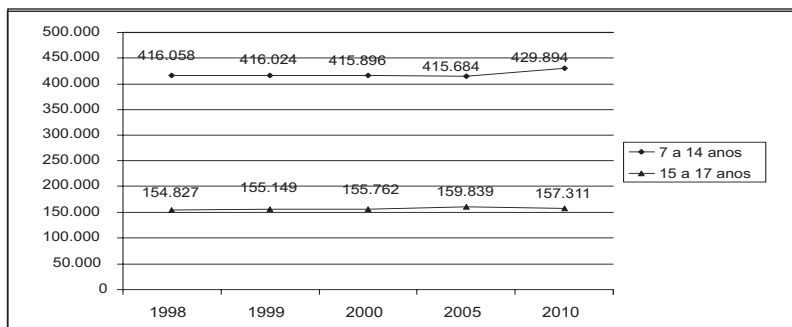
Nas últimas três décadas, a população do Estado de Mato Grosso apresentou um crescimento anual médio de 6,6%, enquanto que a média anual de crescimento nacional é de 2,5%. Conforme dados do censo do IBGE de 1997, a população total de Mato Grosso era de 2.298.325 habitantes, sendo que destes, 1.165.966 eram homens e 1.132.359 mulheres, mostrando um equilíbrio entre o número de homens e mulheres no Estado. De acordo com o IBGE/1997, a zona rural conta com 571.218 habitantes e a urbana com 1.727.107, ou seja, aproximadamente 1/3 da população total do Estado na zona rural.

Nas últimas décadas, pode-se constatar que existe uma tendência de diminuição da taxa média de crescimento populacional em todos os estados brasileiros. Tal fato decorre de vários indicadores, dos quais pode-se destacar a queda da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, em virtude do maior acesso à vacinação e aos medicamentos, além da melhoria nas condições gerais de saneamento básico e distribuição de água potável.

Por outro lado, existe uma diminuição da taxa de fecundidade e de natalidade, constatada pelo fato de as mulheres terem um número médio de dois filhos, enquanto que anteriormente essa média era de três filhos. Observa-se, portanto, que quanto maior o grau de instrução e melhor a condição socioeconômica das famílias, principalmente da mulher, menor o número de filhos por casal, visto que o planejamento familiar passa a ser feito; reduzindo, assim, o número de filhos, mortes prematuras de mulheres por partos e de natimortes.

A partir da análise do Gráfico 1, pode-se observar uma projeção de crescimento da população de 7 a 14 anos entre 1998-2005. No período compreendido entre 2005 e 2010 registra-se o maior crescimento desta faixa etária, totalizando aproximadamente 14 mil crianças.

Gráfico 1
Projeção da população por faixa etária,
Mato Grosso, 1998 - 2010



Fonte: Projeção populacional do IBGE (preliminares)

Nota: a data de referência da projeção é 1º de julho, 1998.

As projeções para a população de 15 a 17 anos indicam um aumento de aproximadamente 2.500 mil jovens entre 1998 e 2010, com redução no período compreendido entre 2005 e 2010. Tal projeção aponta para que os governos estadual e municipais priorizem em suas agendas as condições de expansão do Ensino Fundamental em relação aos recursos financeiros e de infra-es-

trutura para atender o crescimento da faixa compreendida entre 7 e 14 anos. Por outro lado, torna-se importante que cada município tenha conhecimento das suas projeções populacionais, pois os dados contidos no Gráfico 1 referem-se ao Estado, podendo haver casos isolados em que os resultados possam estar invertidos.

Tabela 1
População ocupada por ramo de atividade: Brasil,
Centro-Oeste e Mato Grosso – 1007

Atividade	Área Geográfica		
	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso
Agricultura	24,2	22,8	30,9
Indústria	12,3	8,5	8,8
Construção Civil	6,6	7,1	6,6
Comércio	13,3	13,4	13,2
Prestação de Serviços	19,4	21,2	17,3
Administração Pública	4,5	6,2	4,8
Outros Serviços	16,7	17,6	15,2

Em Mato Grosso, conforme Tabela acima, a análise da distribuição das pessoas ocupadas por ramo de atividade mostra o predomínio da atividade agrícola, com 30,9% das pessoas dedicadas a esta atividade. Tal índice mostra-se acima da média do Brasil e do Centro-Oeste, indicando a vocação predominantemente agrícola do Estado. A prestação de serviços é a segunda atividade no Estado, com 17,3% das pessoas ocupadas, seguida da atividade comercial, com 13,2%.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Outro aspecto importante para contextualizar a situação socioeconômica do Estado de Mato Grosso é a análise do IDH. O IDH foi criado por um grupo de especialistas e é um estudo que inclui todos os países, com publicação anual, desde 1990. No presente trabalho, enfoca-se apenas o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas, para informações adicionais, o estudo in-

clui também análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, que focaliza o município como unidade de análise e o Índice de Condições de Vida (ICV), que abrange um maior número de dimensões e indicadores.

O IDH espelha três dimensões essenciais do processo de desenvolvimento humano: longevidade (esperança de vida), grau de conhecimento (taxa de alfabetização e matrícula nos três níveis de ensino) e renda ou PIB per capita (poder de compra).

Os resultados obtidos em 1995-1996 revelam que, depois de alcançar em 1991 um valor pouco inferior ao limite de 0,800 – que demarca os países de médio e alto desenvolvimento humano – o IDH calculado para o Brasil, em 1995, alcança o nível de 0,814. Esse resultado permitiu situar o Brasil no grupo dos países de alto desenvolvimento humano naquele ano (o valor máximo é 1).

Em 1996, o Brasil aumentou um pouco em relação ao ano anterior, chegando a 0,830. A melhora ocorreu nas três dimensões que compõem o indicador, mas foi mais acentuada em relação à dimensão Renda, seguida da dimensão Educação.

Tabela 2

IDH para o Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso
(1970, 1980, 1991 e 1996)

Área Geográfica	Período				
	1970	1980	1991	1995	1996
Brasil	0,494	0,734	0,787	0,814	0,830
Centro-Oeste	0,469	0,704	0,817	0,839	0,848
Mato Grosso	0,458	0,600	0,756	0,768	0,767

Fontes: IBGE, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 1998.

De 1970 a 1996, tanto o país quanto toda a região Centro-Oeste e o Estado de Mato Grosso tiveram sensível melhoria nos Índices de Desenvolvimento Humano. Comparativamente ao Brasil e ao Centro-Oeste, o Estado de Mato Grosso apresenta índices de IDH inferiores. No entanto, os índices para Mato Grosso, a partir de 1991, se situam numa categoria média de desenvolvimento.

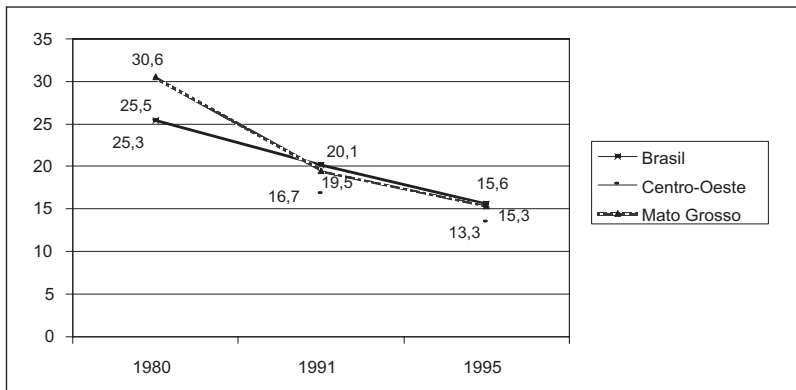
Aspectos educacionais

Analfabetismo

Observa-se, no período analisado, uma queda acentuada do analfabetismo no Brasil: de uma taxa de 25,5% em 1980 passa-se para uma taxa de 15,6% em 1995, marcando assim, uma diferença de aproximadamente 10% em 15 anos, fruto das políticas implementadas para atingir esse fim.

Gráfico 2

Taxa de analfabetismo 15 anos ou mais, 1980-1995



Fontes: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991
PNAD 1995

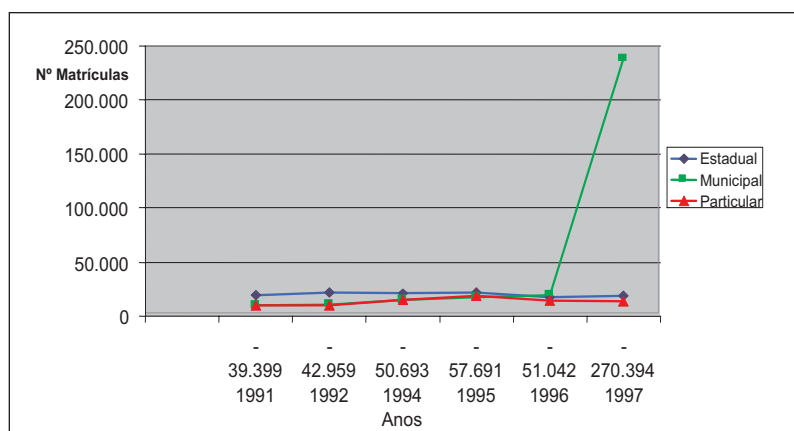
A taxa de analfabetismo no Centro-Oeste registrou queda de 25,3% para 13,3% de 1980 para 1995. Vale ressaltar que em Mato Grosso 30,6% da população era analfabeta em 1980, caindo para 19,5% em 1991 e para 15,6% em 1995. Por meio do Gráfico 2 verifica-se então que, no Estado, a queda do analfabetismo no período analisado foi de aproximadamente 15 pontos percentuais. Se considerado o quadro brasileiro, observa-se que houve, por parte dos governos, uma preocupação com a implementação de políticas que diminuíssem a problemática do analfabetismo no país. No entanto, quando se compara a situação do

Brasil com os países mais desenvolvidos, percebe-se que as taxas de analfabetismo ainda estão muito altas. O problema ainda precisa ser enfrentado e, neste sentido, deve merecer atenção prioritária dos governos em todos os níveis.

Matrícula

Na **Pré-Escola**, conforme apresentado no Gráfico 3, observa-se crescimento significativo das matrículas nas redes municipais de ensino a partir do ano de 1996, passando de 51.042, em 1996 para, aproximadamente, 250.000 em 1997. Nas demais redes de ensino, verifica-se um crescimento gradual do número de matrículas até 1995, diminuindo a partir de 1996. Tais informações permitem afirmar que houve uma descentralização da responsabilidade pela pré-escola para o município, demonstrando que o processo de descentralização do Ensino Fundamental em Mato Grosso já começa a apresentar resultados concretos, reforçando a necessidade de o município planejar e definir políticas (alocação de recursos, estrutura física e recursos humanos) para este nível de ensino.

Gráfico 3 – Pré-escola - Evolução da Matrícula Inicial por Dependência Administrativa em MT, 1991-1997

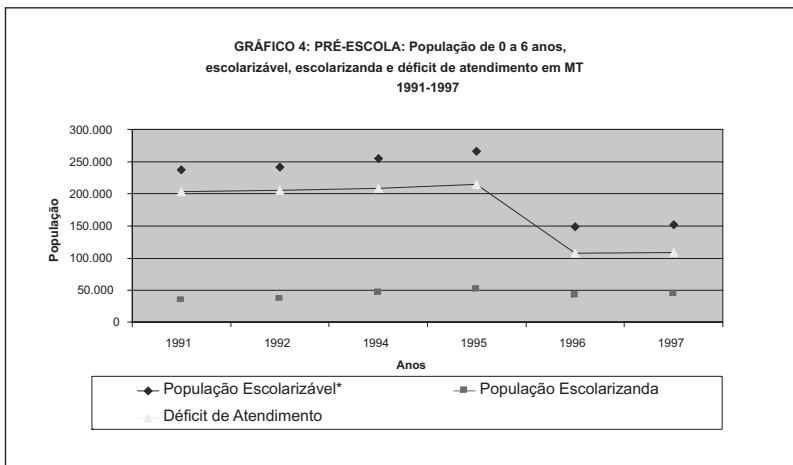


Fonte: SEDUC - MT / ASSEPLAN / UNDIME

No entanto, quanto à população escolarizável da **Pré-Escola**, percebe-se um crescimento gradual no período de 1991 até 1995 (Gráfico 4), embora seja observada uma queda desta população de 1995 a 1996 em aproximadamente 60.000 crianças. Tal fato leva a uma conseqüente diminuição, também, do déficit de atendimento, pois ao observar a população escolarizada não se constata um crescimento nas mesmas proporções. No entanto, mesmo com a diminuição da população escolarizável para a rede estadual de ensino, ainda há um déficit de atendimento na pré-escola em torno de 50.000 crianças.

Gráfico 4

População de 0 a 6 anos, escolarizada e déficit de atendimento em MT – 1991-1997



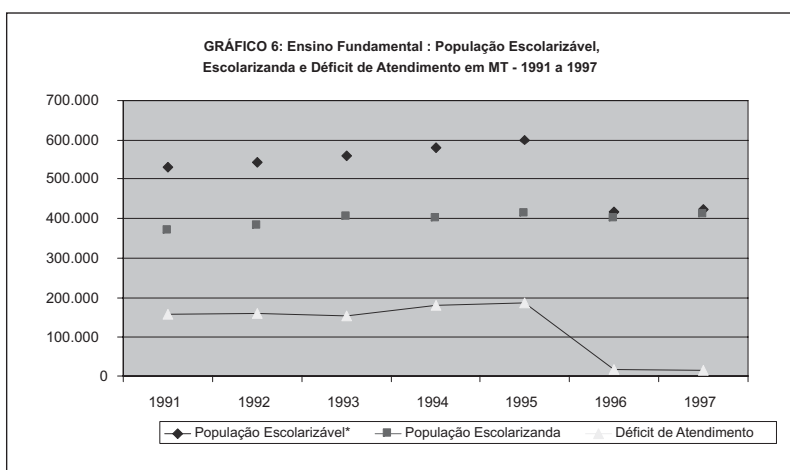
Fonte: SEDUC - MT / ASSEPLAN / UNDIME

No **Ensino Fundamental**, conforme dados do Gráfico 5, a partir dos anos 1995-96 as redes municipais apresentaram aumento significativo no número de matrículas. Nas redes estadual e particular de ensino, verifica-se um número estável de matrículas no período 1991-1997. Entretanto, vale ressaltar que, embora o crescimento do número de matrículas tenha sido maior nas redes municipais, é a rede estadual que registra o maior número

de matrículas no Estado, com cerca de 300.000 alunos, seguida das redes municipais, com aproximadamente 180.000, e da particular, em torno de 50.000. Considerando o número total de matrículas, 1997 contou com aproximadamente 550.000 matrículas no Ensino Fundamental em todo o Estado de Mato Grosso.

Gráfico 6

Ensino Fundamental: População Escolarizável, Escolarizanda e Déficit de Atendimento em MT - 1991 a 1997



Fonte: SEDUC - MT / ASSEPLAN / UNDIME

O Gráfico 6 mostra que, de 1991 a 1995, há crescimento gradual da população escolarizável, caindo consideravelmente de 600.000 para aproximadamente 400.000. Por outro lado, observa-se que a população escolarizanda mantém-se estável no período analisado. Já o déficit de atendimento diminui consideravelmente de 1995 para 1996. Tal fato demonstra que houve uma queda do déficit de atendimento na rede estadual, em função, também, do aumento da demanda e do atendimento deslocado para as redes municipais. Tais resultados corroboram as informações sobre o número de matrículas no Ensino Fundamental, os quais mostram um aumento nas redes municipais de ensino.

Taxas de Escolarização¹

O Estado de Mato Grosso, em 1998, apresentou taxa de escolarização líquida de 93,7% no Ensino Fundamental, conforme dados da Tabela 3. Na região Centro-Oeste esta taxa foi de 93,9% e, no Brasil, de 95,3%, demonstrando que ainda existem crianças e adolescentes dentro da faixa etária correta sem acesso ao Ensino Fundamental. A taxa de escolarização bruta apurada para o mesmo ano, por sua vez, foi de 135,4% para o Estado de Mato Grosso, 140,6% para o Centro-Oeste, e 128,1% para o Brasil, demonstrando que existem crianças e adolescentes, fora da faixa etária correta, matriculados no Ensino Fundamental, um resultado da distorção série-idade.

Tabela 3
Ensino fundamental
Taxas de escolarização bruta e líquida - 1998

Região	Bruta	Líquida
Brasil	128,1	95,3
Centro-Oeste	140,6	93,9
Mato Grosso	135,4	93,7

Fonte: MEC/INEP/SEED

Desempenho Escolar: aprovação, reprovação e abandono escolar

Conforme pode ser observado no Gráfico 7, há um crescimento bastante discreto no percentual de alunos aprovados em Mato Grosso, no período de 1991-93-96. Entretanto, conforme

¹ Notas Explicativas

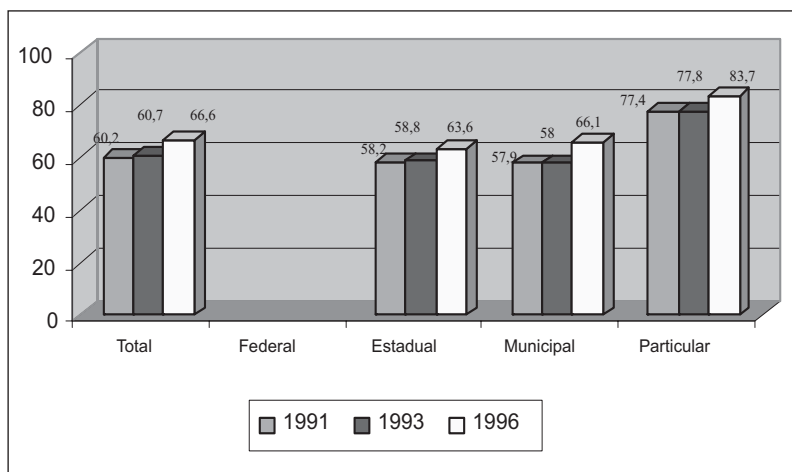
- (a) Taxa de Escolarização Líquida: relação entre a matrícula em determinada faixa etária, adequada ao nível de ensino e à população desta faixa de idade (E.Fundamental – 7-14 anos e E.Médio – 15-17 anos).
- (b) Taxa de Escolarização Bruta: relação entre o total da matrícula em determinado nível de ensino e a população na faixa etária correta (E.Fundamental – 7-14 anos e E.Médio – 15-17 anos).

Censo Escolar de 1998 (MEC), esse índice alcançou melhoras significativas, passando de 65,5% em 1995 para 75% em 1997, situação que vem colocando o Estado em um nível pouco acima do percentual apurado no mesmo ano para a Região Centro-Oeste (74,3%) e pouco abaixo da média nacional (77,5%).

Nas redes municipais foi registrado o menor índice de aprovação nos anos de 1991 (57,9%) e 1993 (58%). Em 1996 (66,1%) superou inclusive o percentual apurado para a rede estadual (63,6%). Vale destacar, dessa forma, os altos percentuais de alunos que são reprovados e, como conseqüência, abandonam a escola, situação que compromete não somente o financiamento da educação mas a auto-estima e o futuro de crianças e adolescentes.

Gráfico 7

Ensino Fundamental: alunos aprovados em Mato Grosso
Valores Relativos -1991-1993-1996



Fonte: SEDUC - MT / ASSEPLAN / UNDIME

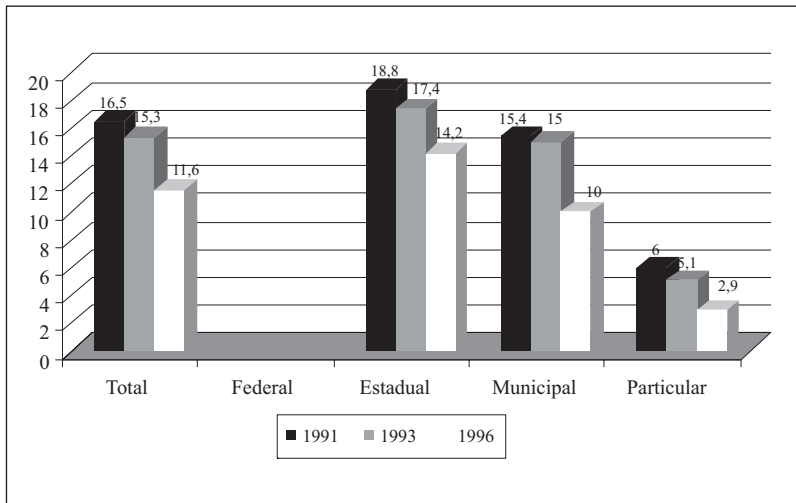
No Gráfico 8 observa-se uma discreta queda do número de reprovados no Ensino Fundamental em todas as redes de ensino do Estado de Mato Grosso nos anos de 1991 (14,6%), 1993 (14,4%) e 1996 (12,9%). De acordo com o Censo Escolar 1998 (MEC), essa taxa caiu de 12% em 1995 para 10,1% em 1997.

Embora esses índices ainda sejam altos, encontram-se abaixo dos índices apurados para a Região Centro-Oeste e para o País.

Aqui também se observa que as maiores taxas de reprovação foram apuradas nas redes municipais de ensino. Convém assinalar que as taxas de reprovação ainda são consideradas altas no Estado, uma demonstração de que os avanços nas duas dimensões da produtividade pedagógica, aprovação e reprovação, ainda são tímidos. Cabe então, aos municípios e ao Estado pesquisarem os fatores que estariam impedindo um melhor aproveitamento dos alunos e, assim, definirem políticas que possam melhorar tal desempenho.

Gráfico 9

Ensino Fundamental: alunos afastados por abandono em Mato Grosso
Valores Relativos -1991-1993-1996



Fonte: SEDUC - MT / ASSEPLAN / UNDIME

Os dados apresentados no Gráfico 9 ilustram a queda da porcentagem de alunos afastados por abandono nas três redes de ensino no período analisado, de 16,5% em 1991 para 15,3% em 1993, e 11,6% em 1996. Os resultados do Censo Escolar também

confirmam a redução nos índices de abandono no Estado, de 22,3% em 1995 para 14,7% em 1997. Embora esse percentual ainda esteja acima dos percentuais apurados para a Região Centro-Oeste (13,2%) e para o País (11,1%), a situação do Estado pode ser considerada mais favorável, pois foi atingida maior redução. Note-se que em 1995 seus índices estavam muito acima daqueles apurados para a Região Centro-Oeste (16,6%) e para o País (13,6%).

Embora os maiores índices de abandono tenham sido observados na rede estadual de ensino, observa-se, também, que a maior queda do número de alunos afastados por abandono ocorreu nas redes municipais de ensino no período de 1993-1996, aproximadamente 5 pontos percentuais.

A partir da análise das três dimensões que compõem o rendimento escolar, pode-se concluir que mesmo verificando uma melhora gradual nestes índices, tal tendência configura-se ainda muito discreta, tendo em vista o período analisado. Ademais, esses indicadores combinados refletem a taxa de distorção idade-série, conforme Tabela 4 a seguir, demonstrando que há muitos alunos fora da faixa etária correta no Ensino Fundamental.

Tabela 4

Ensino Fundamental – Taxa de distorção série-idade
Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso, 1996 e 1998

	1996	1998
Brasil	47,0	46,6
Centro-Oeste	47,1	45,5
Mato Grosso	47,8	44,1

Fonte: MEC/INEP/SEED

GESTÃO EDUCACIONAL E PEDAGÓGICA

Organização da Educação Municipal

A Constituição Federal (1988) e a LDB (1996) estabelecem como princípio a organização autônoma do município por

meio do Sistema Municipal de Ensino, que deve atuar em regime de colaboração com os sistemas da União e do Estado. A LDB aponta duas outras formas de organizar as redes municipais: manterem-se integradas ao Sistema Estadual de Ensino ou comporem com ele um Sistema Único de Educação Básica.

Segundo a LDB, art. 75, § 2º, o município deverá oferecer gratuitamente, por meio de instituições públicas municipais, o Ensino Fundamental para os educandos na idade própria e para jovens e adultos, Educação Infantil em creches e pré-escolas e atendimento aos educandos com necessidades especiais.

Em Mato Grosso, o processo de descentralização e de reorganização do Sistema Educacional foi iniciado concretamente em 1995, com a desativação das superintendências regionais e implantação das assessorias pedagógicas nos municípios. Para tanto, foi fundamental trabalhar a relação direta com o município.

Antes do início do processo, existiam 32 Delegacias Regionais de Ensino. Pressupondo que o estreitamento da relação entre o Estado e o município pudesse fortalecer a autoridade educacional local, isto é, os secretários de educação dos municípios, as Delegacias Regionais de Ensino foram extintas e passou-se a contar, nos municípios, com o apoio dos assessores pedagógicos, representantes da Secretaria de Estado de Educação no município (definidos de acordo com o número de escolas de cada município). O município que tivesse interesse em manter uma articulação com o Estado precisava manifestar seu interesse, caracterizando, assim, um processo de participação por adesão. Esta relação de cooperação entre Estado e município é o que se chamou de Gestão Compartilhada, ou seja, uma gestão da educação pública que tem o secretário de Educação do município como seu coordenador e conta com os assessores pedagógicos da SEDUC em sua equipe, cujo objetivo era a melhoria da escola pública. Com o advento do FUNDEF, em 1996, a Secretaria de Estado de Educação aprofundou a discussão pensando também na questão do financiamento da educação.

Neste contexto, o Estado de Mato Grosso fez a opção por não municipalizar a educação pública, mas sim, estreitar esta rela-

ção de parceria, incluindo os assuntos relacionados ao financiamento. Assim, a Secretaria de Estado de Educação, a partir da Conferência Estadual de Educação de 1996, passou a desenvolver uma experiência piloto com 12 municípios, caracterizada pelo que se denominou chamar de “Gestão Única”. A concepção da Gestão Única começou a ser discutida em 1996, com vistas a definir estratégias e ações para a construção do Sistema Único de Educação no Estado de Mato Grosso, pois conforme prevê a Lei Estadual Complementar n. 49/1988, ao atingir 15% de adesão dos municípios, a Gestão Única, de acordo com o Cap. II, Artigo 10, parágrafo único, implicará na instituição do Sistema Único de Educação Básica, a ser definido em lei específica. Entretanto, ainda não foi possível implantar o Sistema Único por falta de respaldo legal.

A experiência da Gestão Única, do ponto de vista da Secretaria de Estado de Educação, está sendo desenvolvida no sentido de trabalhar todos os problemas e vivenciar aquilo que, no futuro, constituiria o Sistema Único de Ensino, um processo de integração dos poderes constituídos: integração política, normativa e executiva dos serviços públicos de educação básica, com fusão dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos, unificação das redes escolares sem distinção de unidades estaduais ou municipais, de modo a evitar paralelismos e discriminações no atendimento aos alunos e no trato aos profissionais de educação. A Gestão Única está sendo desenvolvida há dois anos com base na Lei Complementar – LC 49/199, cujos principais aspectos positivos são os seguintes: (a) escolas com identidade própria; (b) facilidades com a administração das unidades escolares; (c) melhoria do desempenho dos diretores das escolas; (d) adequação do material didático-pedagógico, dentre outros.

Segundo a Secretaria de Estado de Educação, todo esse processo não se caracteriza como de municipalização do ensino. A idéia de parceria é fundamental, ou seja, divide-se as responsabilidades entre o Estado e o município para que implementem um plano de trabalho conjuntamente.

101 municípios do Estado de Mato Grosso continuam com a Gestão Compartilhada, que se caracteriza apenas por uma re-

lação de cooperação entre Estado e município. Os municípios restantes não optaram por um estreitamento e intercâmbio com a política educacional estadual.

Existe uma Comissão Especial que está discutindo, no Conselho Estadual de Educação, a questão dos Sistemas de Ensino Municipal, a qual subsidiará os municípios na discussão e implementação dos Sistemas, com o auxílio de Secretarias e Departamentos de Educação, podendo estar articulada em duas formas: Gestão Única ou Gestão Compartilhada.

Atualmente, apenas dois municípios de Mato Grosso criaram seus Sistemas Municipais: Tangará da Serra e Barra do Garças. Enfatiza-se, contudo, que a Gestão Compartilhada não se constitui em um processo de municipalização, mas que sua evolução pode transformá-la na Gestão Única, um tipo de cooperação técnica entre o Estado e os municípios e que pode servir de base para o Sistema Único.

Autonomia da Escola

A nova LDB enfatiza o papel da escola na composição geral do sistema nacional de educação, ao introduzir um modelo de gestão que recupere a credibilidade e a qualidade da educação pública por meio de uma gestão e prática educacional democrática, tendo como ponto central as dimensões humanas. Da mesma forma, a Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, articulada com a nova LDB, sugere vários instrumentos de participação social que vêm ao encontro da melhoria do ensino, integrados com uma gestão escolar democrática.

A Gestão Democrática é parte integrante de um dos eixos prioritários da política educacional em Mato Grosso e refere-se ao fortalecimento da escola por meio da construção de sua autonomia. Em conformidade com essa estratégia, todas as escolas públicas de Mato Grosso possuem Conselhos Escolares e autonomia do ponto de vista administrativo, financeiro e pedagógico. Do ponto de vista financeiro, a Secretaria de Estado de Educação faz, bimestralmente, o repasse para a manutenção das esco-

las, além do repasse para pequenas reformas.

A escola tem autonomia para a construção de seu Projeto político-pedagógico, porém deve se guiar nas diretrizes da Secretaria Estadual de Educação. Da mesma forma, cada escola elabora seu Regimento Interno, que tem as normas aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação. Para coordenar e acompanhar esse trabalho, a SEDUC conta com o apoio dos assessores pedagógicos em cada município. Entretanto, vale ressaltar que todas as diretrizes são discutidas com os assessores pedagógicos de cada município e diretamente com a escola.

Em linhas gerais, a gestão democrática, articulada com a autonomia da escola, apresenta os seguintes instrumentos já desenvolvidos no Estado de Mato Grosso:

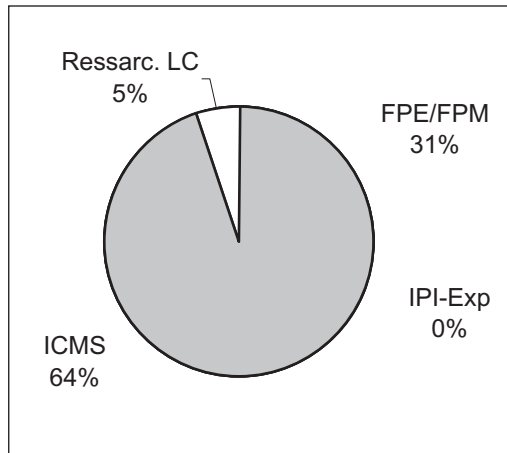
- 1 – a escolha de diretores das escolas por meio de eleições diretas (Lei 7040 de 1º de outubro de 1998), com a participação de pais, alunos, funcionários e professores;
- 2 – a criação de Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar – CDCEs, compostos por diversos segmentos da comunidade escolar que participam ativamente nas políticas e estratégias necessárias à melhoria das atividades escolares;
- 3 – o repasse bimestral de recursos financeiros (Instrução Normativa de maio de 1995) para a manutenção, reparos, aquisição de equipamentos e material de consumo para o bom funcionamento das unidades escolares; e
- 4 – o desenvolvimento de programas de capacitação para diretores de escolas eleitos e para os membros dos Conselhos Deliberativos, objetivando prepará-los para desenvolver tarefas administrativo-pedagógicas nas unidades escolares.

Financiamento da Educação Municipal

Em Mato Grosso, as receitas são compostas por duas contas de receitas próprias: os recursos provenientes do tesouro do Estado (Fonte 120) e do FUNDEF, que são os recursos exclusivos para o Ensino Fundamental. A receita do FUNDEF para o exercício

de 1999 em todo o Estado totalizou R\$ 264.849.600,00, dos quais R\$ 111.478.845,84 destinados aos municípios e, 153.370.754,16 ao governo do Estado, em função do número de alunos matriculados em cada rede. A origem dos recursos do FUNDEFF, no ano de 1999, está demonstrada no Gráfico a seguir.

Origem dos recursos, 1999



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Fundação Sistema Estatal de Análise de Dados - Seade.

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério foi instituído pela Emenda Constitucional n. 14 de setembro de 1996 e sua regulamentação está na Lei 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano e no Decreto n. 2.264, de junho de 1997 e foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998.

O FUNDEF consiste na mudança da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental (1ª à 8ª série – Ensino Fundamental), ao subvincular uma parcela de recursos para esse nível de ensino. Além de inserir critérios de distribuição e utilização dos recursos, promove a partilha de recursos entre Estado e municípios, de acordo com o número de alunos atendidos. No ano de 1997, o valor mínimo fixado nacionalmente por aluno era de R\$

300,00 (trezentos reais), atingindo em 1999 a casa dos R\$ 315,00 (trezentos e quinze reais). Ressalta-se que quando o valor mínimo estabelecido nacionalmente não é atingido em qualquer Estado, a União complementa os recursos.

Entretanto, o Estado do Mato Grosso não recebe complementação dos recursos da União, pois o valor-aluno no Estado é superior ao valor mínimo estabelecido nacionalmente. Em 1998 esse valor ficou em torno de R\$ 421,00 e atingiu R\$ 513,39 por aluno em 1999. Para 2000, esse valor é diferenciado para os alunos de 1^a à 4^a série e para os da 5^a à 8^a série do Ensino Fundamental, atingindo aproximadamente R\$ 429,42 no primeiro caso e R\$ 450,89 para o segundo, com uma receita total estimada em R\$ 249.254.151,00.

A redistribuição dos recursos pelo FUNDEF, no Estado de Mato Grosso, fez com que 67 municípios “ganhassem” recursos adicionais enquanto 57 municípios “perdessem” recursos em 1999. Entretanto, vale ressaltar que o mecanismo de redistribuição desses recursos, implementado pelo FUNDEF, beneficia todos os alunos do Estado, pois a redistribuição se dá apenas no âmbito do Estado, ou seja, todos os alunos ganharam.

Para fiscalizar e acompanhar a aplicação desses recursos, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF devem ser instituídos no âmbito do Estado e dos municípios. No âmbito do Estado, o Conselho do FUNDEF é composto por um representante da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), um representante do Conselho Estadual de Educação, um representante da UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação, um representante do sindicato dos profissionais da educação e um representante dos pais de alunos.

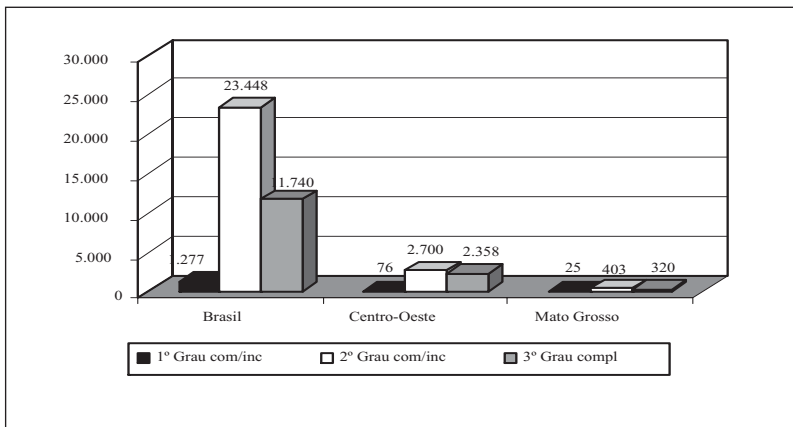
Mesmo com pouco tempo de implementação, segundo a assessoria de planejamento da SEDUC, o FUNDEF tem provocado impacto no aumento das matrículas no Ensino Fundamental, que cresceram aproximadamente 9% no período 1998-1999 (Dados Preliminares do Censo Escolar 1999). Especificamente em 1998, a rede estadual sofreu redução na matrícula do Ensino Fundamental, em função da transferência de alunos para as redes municipais.

Valorização do magistério

Perfil do Magistério Público em Mato Grosso

Em Mato Grosso, segundo dados do Censo do Professor de 1998, existiam 748 professores atuando na **Pré-escola** na rede estadual de ensino. Conforme dados apresentados no Gráfico 10, deste total, 53,8% possuíam formação em nível médio, 42,7% em nível superior e apenas 3,34% formação em nível do Ensino Fundamental.

Gráfico 10
Pré-Escola: Número de Docentes
por Grau Formação - Rede Estadual de Ensino



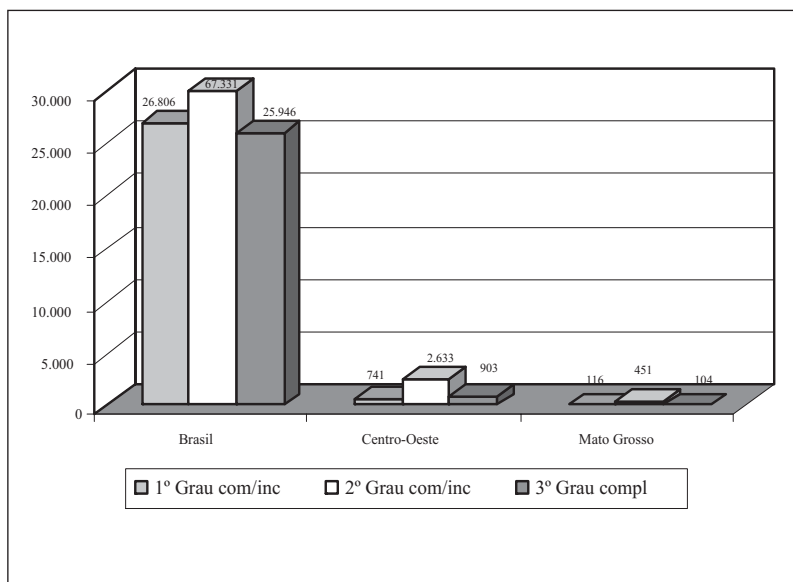
Fonte: Censo do professor 1997 - MEC/INEP

Já nas redes municipais de ensino, conforme o Gráfico 11, dos 671 professores que atuam nesta rede de ensino, 67,2% possuíam formação em nível médio, 15,4% em nível superior e 17,2% no Ensino Fundamental.

Comparando-se as redes de ensino, quanto ao número e à formação dos docentes da Pré-escola em Mato Grosso, verifica-se que o maior número de docentes está na rede Estadual, seguida das redes municipais. A maioria possui formação em nível médio, sendo que a rede estadual possui um maior número de professores

com formação em nível superior. As redes municipais possuem maior número de professores com formação apenas no Ensino Fundamental, possuindo, conseqüentemente, maior número de professores leigos. Tal constatação reforça um problema que deve ser priorizado nas redes municipais: a implementação de uma política de qualificação de professores voltada para a sua habilitação.

Gráfico 11
Pré-Escola: Número de Docentes
por Grau Formação - Rede Municipal de Ensino

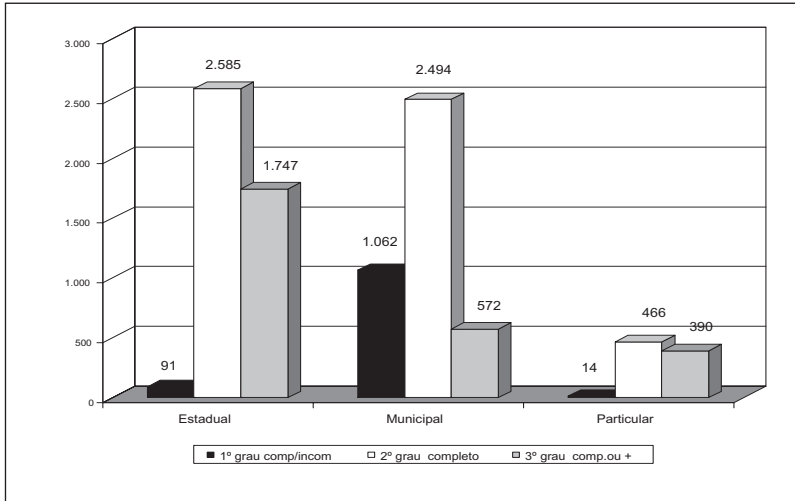


Fonte: Censo do professor 1997 - MEC/INEP

Com relação aos professores que atuam no **Ensino Fundamental**, pode-se observar, por intermédio do Gráfico 12, que a rede estadual de ensino possui maior número de docentes (4.420), dos quais, 58,48% possuem formação em nível médio, 39,52%, o superior e, 2,0%, o Ensino Fundamental. Nas redes municipais, em 1997, havia 4.128 docentes, sendo que 60,41% deles possuíam formação em nível médio, 13,85%, formação em nível superior e, 25,7%, o Ensino Fundamental.

Gráfico 12

Ensino Fundamental: número de docentes por grau de formação e rede a que pertencem em Mato Grosso - 1997



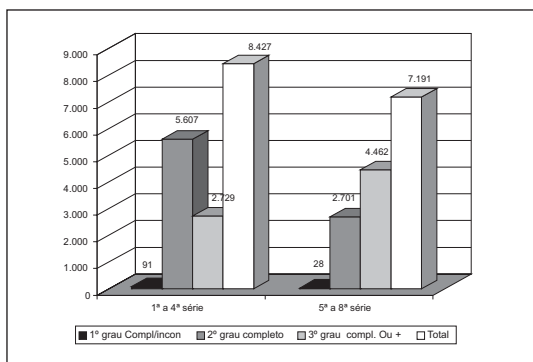
Fonte: Censo do professor 1997 - MEC/INEP

Verifica-se, a partir destes dados, que nas redes municipais encontra-se o maior percentual de professores com formação apenas no Ensino Fundamental e o menor número de docentes com formação em nível superior, ou seja, com o maior número de leigos. Constata-se que, assim como na pré-escola, as redes municipais necessitam planejar programas de capacitação e de formação de docentes que busquem atender, prioritariamente, aqueles profissionais que possuem formação no Ensino Fundamental, pois o percentual apresentado é demasiadamente alto para os padrões de qualidade e exigências que a sociedade requer em termos de qualidade de ensino das escolas.

No Gráfico 13 pode-se observar a distribuição do número de docentes em Mato Grosso, considerando seu nível de formação e a série em que atuam. De 1ª à 4ª série existiam, em 1997, 8.427 docentes, dos quais, 66,53% tinham formação em nível médio, 32,38%, formação em nível superior e, 1,07%, no Ensino Fundamental, ou seja, um baixíssimo percentual de professores leigos.

Gráfico 13

Ensino Fundamental: número de docentes por grau de formação e séries em Mato Grosso



Fonte: Censo do professor 1997 - MEC/INEP

Já de 5ª à 8ª série, em 1997, dos 7.191 professores, 62,04% apresentavam formação em nível superior, 37,56% apresentavam formação em nível Médio e 0,3% deles, formação em nível de primeiro grau, demonstrando que ainda existe um grande percentual de professores leigos.

Entretanto, segundo informações preliminares da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Estado de Educação, tais índices já foram reduzidos consideravelmente, tendo em vista a implementação de diversos projetos de formação de professores, tais como Parceladas, Pró-Formação e Geração, embora os dados ainda não estejam disponíveis e sistematizados para consulta.

Questão Salarial e Plano de Carreira para o Magistério Público

A média salarial, demonstrada no Gráfico 14, dos docentes da **Pré-escola** em Mato Grosso, é inferior à média do Brasil e das redes municipais do Centro-Oeste. Na rede estadual, verifica-se uma média salarial maior do que aquela da região Centro-Oeste e menor do que a média do Brasil. Coincidentemente, nas redes municipais de ensino de Mato Grosso encontram-se os menores

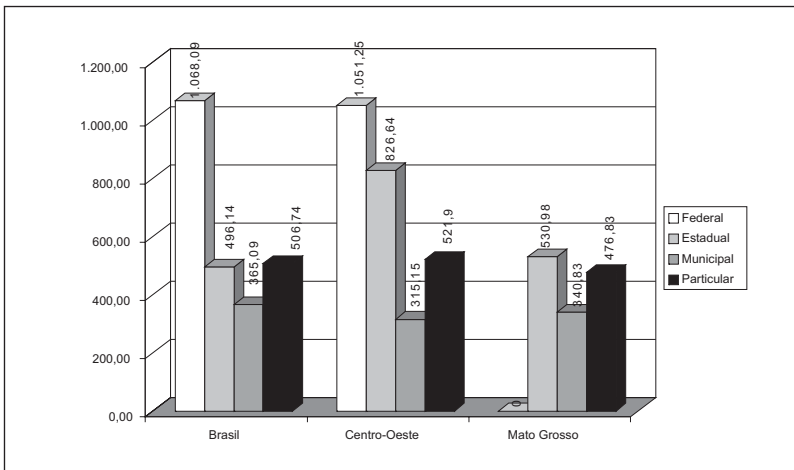
índices de qualificação docente e os menores salários.

No **Ensino Fundamental**, a média salarial apresenta a seguinte situação: é maior para os docentes de 5ª à 8ª série e menor para os docentes de 1ª à 4ª série, exceto na rede estadual, que paga aproximadamente a mesma média salarial para ambos os ciclos do Ensino Fundamental.

Quanto à política salarial específica para os profissionais da educação do Estado de Mato Grosso, foi aprovada uma Lei de Planos de Cargos e Salários (Lei Complementar 050, em 1º de dezembro de 1998) a qual regulamenta a carreira do magistério público estadual, através da estruturação de níveis de acordo com o grau de formação docente. A diferença dessa Lei para a anterior é que a atual contempla o nível de mestrado e a questão da avaliação de desempenho como condição para a elevação de nível. Anteriormente tal elevação dava-se apenas pelo tempo de serviço.

Gráfico 14

Pré-Escola: salário médio dos docentes
por área geográfica



Fonte: Censo do professor 1997 - MEC/INEP

Segundo fontes da SEDUC, a Lei atual representa um avanço em relação à anterior, visto que estão incluídos na car-

reira também aqueles profissionais que atuam nas áreas administrativas da educação (também chamada de área de apoio). No Plano de Carreira anterior, tais profissionais não tinham a oportunidade de progredir na carreira.

A Lei regulamenta também as exigências quanto ao nível de formação exigida para os profissionais da educação. Para cada segmento é exigido um nível de escolaridade mínimo e à medida que ele vai adquirindo maior nível de escolaridade pode progredir na carreira.

A LC 50 regulamentou a questão do regime de trabalho dos profissionais da educação. Neste sentido, houve uma unificação da carga horária de trabalho semanal que passou a ser de 30 horas-atividades semanais. A Lei também não permite mais a existência de professores com licenciatura curta. Portanto, os professores que se encontram nesta situação foram enquadrados numa categoria especial e estipulou-se um prazo para que eles completem sua formação e possam integrar o Plano de Carreira.

Conforme depoimento de profissional da área de Pessoal da SEDUC, todos os segmentos organizados da educação fizeram parte das discussões para a elaboração da Lei Complementar 50, que contempla a questão da necessidade de profissionalização e qualificação dos profissionais da educação, em conformidade com as exigências da LDB.

Iniciativas para Qualificar os Docentes de Mato Grosso

No que se refere à capacitação de professores leigos, foram oferecidas aproximadamente 2000 vagas, principalmente aos municípios do Estado, por meio de um financiamento do Fundescola e do Projeto Pró-Formação, visto que o número de professores leigos atuantes nas redes municipais era maior do que os professores atuantes na rede estadual. Com essa iniciativa, 1200 professores das redes municipais estão sendo capacitados no curso de magistério. A SEDUC está definindo a continuidade do projeto de formação de professores em nível superior por meio do Curso “Parcelados”, que inclui parceria com duas instituições

de ensino superior: a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade do Estado de Mato Grosso.

PROJETO GERAÇÃO: Projeto de Formação e Habilitação de Professores para o Magistério.

Nasceu a partir das experiências de projetos de grande êxito, como o Inajá, Homem Natureza e Escola Rural Produtiva, desenvolvidos no período de 1987 a 1990, e a partir da política Educacional do Governo do Estado, que destaca a profissionalização do magistério como um de seus objetivos estratégicos para o desenvolvimento da educação no Estado. Visa a formar e habilitar professores da zona rural, tendo em vista que 2.662 professores que atuam nas escolas públicas de Mato Grosso não possuem a formação mínima para o exercício do magistério nas séries iniciais. Esse Projeto já beneficiou 30.600 alunos, atingindo 49 municípios.

Pólo	Número de cursistas
Aripuanã	96
Alta Floresta	88
Canarana	65
Comodoro	70
Guarantã do Norte	52
Juara	73
Juína	62
Nova Xavantina	95
São Félix do Araguaia	84
Terra Nova do Norte	75
Sub-total	760

Fonte: Coordenação dos pólos - julho de 1995 - SEDUC-MT.

Projeto Tucum

É um projeto que visa a formar professores para atuarem na educação indígena. Atende 16 municípios e conta com 197 professores, beneficiando 3.721 alunos, 10 grupos indígenas e 140 escolas.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO EDUCADOR DAS SÉRIES INICIAIS:

Em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso, é um projeto de qualificação docente que inclui três modalidades de curso de graduação para professores em exercício de magistério nas séries iniciais:

- Licenciatura Plena em Educação Básica (1ª à 4ª série): desenvolvida no norte do Estado, pela modalidade de Educação a Distância, abrangendo nove municípios com 352 licenciados;
- Licenciatura Plena Regular em Pedagogia: desenvolvida mediante convênio, no campus central.
- Cursos Parcelados em Pedagogia: continuam em desenvolvimento no interior do Estado, habilitando professores para as séries iniciais no curso de Magistério, envolvendo 25 municípios por meio do Instituto de Educação da UFMT, com 7 municípios atendidos pelo Campus de Rondonópolis, contando com 50 alunos em cada turma do município.

Projetos complementares

Projeto alfa:

Visa a minimizar o analfabetismo no Estado de Mato Grosso, enfocando a alfabetização enquanto domínio de habilidades e pré-condição social e cultural, no sentido de resgatar o seu papel, de modo que a aprendizagem da leitura e da escrita não se limita apenas à aquisição de técnicas mecânicas, mas envolva uma compreensão da realidade que estabelece uma relação entre o saber, fruto da experiência, e o saber sistemático universal.

METAS:

- 1 – Alfabetizar 124.288 jovens e adultos, considerando a faixa etária de 14 a 49 anos, a partir de 1996 até o ano 2000;
- 2 – Desenvolver um projeto-piloto nos 21 municípios que fazem parte do Programa Comunidade Solidária;
- 3 – Estender o movimento a outros 60 municípios cuja taxa

de analfabetismo é superior a 15%;

4 – Garantir a possibilidade de continuidade em cursos pró-alfabetização no Ensino de Suplência oferecido pela Secretaria de Estado de Educação;

5 – Envolver todas as instituições governamentais, particulares e ONGs, bem como os movimentos populares organizados, tendo-os como parceiros;

6 – Ampliar gradualmente o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, até atingir todos os municípios de Mato Grosso.

Projeto aceleração da aprendizagem:

O Projeto visa a adequar a distorção idade/série. Em 1997, participaram 24 municípios com 6.315 alunos. Em 1998, participaram 49 municípios e 108 escolas, beneficiando 13.097 alunos.

Projeto cuida bem de mim:

Campanha nas escolas que busca conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de conservar e preservar a rede física da escola.

Educação profissional:

Criação de centros de formação profissional - CENFOR – atingindo inicialmente 5 municípios.

Projeto terra:

Visa a criar condições para que os professores ampliem seus conhecimentos e tenham compreensão da realidade em que atuam. Foram capacitados, em 1998, 200 professores das zonas rural e urbana, nas diversas áreas do currículo. Envolveu os municípios de Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Gaúcha do Norte, Jaciara, Luciara, Campo Verde e Chapada dos Guimarães.

Proinfo:

Programa que visa à implantação da informática no processo de aprendizagem, criando três Núcleos de Tecnologia Educacional, envolvendo três municípios: Cuiabá, Rondonópolis e Terra Nova do

Norte. Está implantando, ainda, laboratórios de informática em 135 escolas públicas, atingindo 108 municípios do Estado.

Considerações finais

Após a apresentação das informações sobre a Educação em Mato Grosso, pode-se dizer que foi dado o primeiro passo para que o poder público e autoridades responsáveis pela educação (prefeitos e secretários municipais) tomem decisões balizadas em dados que retratam a situação real de seus municípios.

Assim, a partir das informações e dados estatísticos apresentados neste trabalho, as seguintes considerações podem ser feitas:

- Quanto ao analfabetismo: é necessário e estratégico para o Estado de Mato Grosso, juntamente com a sociedade civil organizada, partidos políticos, enfim, todos os segmentos sociais, priorizar políticas e estratégias educacionais que objetivem eliminar as altas taxas de analfabetismo ainda existentes no Estado, pois hoje ainda conta com 15,3% da população formados por analfabetos.

- Quanto à definição de uma Política de Formação Docente: em Mato Grosso foi adotada uma Política de Formação de Professores voltada para a sua qualificação profissional, em especial, para o Ensino Fundamental, em função do grande número de professores leigos. Tal política está sendo retratada nas articulações e nos convênios institucionais entre a Universidade Federal de Mato Grosso – por meio do Instituto de Educação – e o Núcleo de Ensino a Distância – NEAD, e as parceladas com a SEDUC/MT, atendendo um grande número de alunos-professores que está se qualificando e titulando para atender os novos desafios da política educacional e social. Para além destes, ainda existe o PROFORMAÇÃO, que atende aproximadamente 1.200 professores leigos. Os dados revelam que no Ensino Fundamental estão os professores com os menores salários e o maior número de leigos. O poder público municipal precisa, portanto, continuar a priorizar o Ensino Fundamental no que tange à qualificação e à valorização socioeconômica do profissional do magistério, e, com certeza, essa

medida contribuirá para a melhoria da qualidade de ensino nas redes municipais em Mato Grosso.

- Quanto à Projeção do Aumento Populacional: Os dados do IBGE projetam para o Estado de Mato Grosso um crescimento do número de crianças de 7 a 14 anos de aproximadamente 14.000 crianças entre 2005 e 2010. Tal projeção aponta para a priorização nas agendas governamentais, sobretudo para as redes municipais, de políticas educacionais que atendam a esta faixa etária que futuramente deverá ingressar no Ensino Fundamental.

- A Consolidação da Política Educacional: Em Mato Grosso, o atual governo priorizou quatro eixos estratégicos que compõem a sua Política Educacional: (1) a Reorganização do Sistema Educacional – Gestão Compartilhada e Gestão Única; (2) o Fortalecimento da Escola; (3) a Valorização e Capacitação dos Profissionais da Educação; e (4) a Avaliação do Sistema Educacional. Falta ainda consolidar essa política com a efetiva parceria com os municípios, por intermédio da Gestão Compartilhada e Gestão Única, visando ao estabelecimento de um Sistema Único de Educação Básica.

Com essa intenção, a Secretaria de Educação do Estado iniciou a reorganização do Sistema Educacional com a desativação de 32 superintendências regionais que, direta e indiretamente, esvaziavam os professores das salas de aula. Foram criadas as Assessorias Pedagógicas com estruturas mais enxutas e flexíveis para atender mais eficientemente os municípios, dentro da proposta de Gestão Compartilhada, ou seja, de cooperação Estado-Município. O primeiro passo foi dado, dessa forma, rumo à Gestão Única. Mas, enquanto Gestão Única não se consolida como articulação entre Estado e municípios, representa um estágio anterior ao Sistema Único.

De forma integrada e articulada, os esforços e os recursos financeiros e humanos deverão estar mais racionalmente alocados, auxiliando na melhoria do atendimento educacional nas escolas municipais de forma a consolidar a articulação entre o Estado e os municípios visando à democratização e à universalização da educação pública de qualidade no Estado de Mato Grosso.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL/IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. PRASEM – Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – Atualização do Guia de Consulta. Brasília.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus Municípios.** Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

FUNDESCOLA – MEC/BIRD. **Cartilha n. 1 – O Financiamento da Educação e o FUNDEF.** Brasília, 1999.

_____. **Guia de Consulta.** Brasília, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: indicadores brasileiros. IPEA/Fundação João Pinheiro/ IBGE/ PNUD. Coleção Desenvolvimento Humano. Brasília, DF, 1998.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.** Mato Grosso, v. 19, n. 31, 1997.

_____. Departamento de População e Indicadores Sociais. **Síntese de Indicadores Sociais/IBGE.** Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

MEC/INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Informações Educacionais do Estado de Mato Grosso – Reunião dos Secretários Estaduais de Educação.** Brasília: MEC/INEP, 1999.